



SUS 35 anos: contexto e perspectivas

Neide Miyako Hasegawa*

O SUS, sistema de saúde brasileiro, é um dos mais complexos e arrojados do mundo, por tratar a saúde como direito essencial, à qual é garantido o acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. As políticas públicas formuladas na Constituição de 1988 são traduzidas em reconhecimento da saúde como direito público de eficácia imediata, operacionalizado por meio de um sistema único de acesso integral que abrange desde a atenção primária até o transplante de órgãos. Esse modelo garante a todos os brasileiros, por toda a vida, os cuidados essenciais, a prevenção e a promoção da saúde.

A gestão dessa política, formulada para o cumprimento dos direitos constitucionais, deve ser solidária e participativa entre os três entes da federação, cujas atribuições, competências e abrangências são definidas por esfera governamental. O funcionamento das políticas de saúde inclui a participação da sociedade, por meio dos Conselhos de Saúde, e representações político-administrativa de gestores em colegiados – no âmbito federal, o Conselho Nacional de Saúde (CSN), no municipal, os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems), vinculados ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais (Conasems), e no estadual o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), que se pauta pelos princípios que regem o direito público e congrega os Secretários de Estado da Saúde. As ações e os serviços são operacionalizados por meio do Sistema Único de Saúde, a partir

de uma rede integrada, articulada e organizada que engloba a atenção primária, média e de alta complexidade, a atenção hospitalar, as urgências, a vacinação, a assistência farmacêutica e as vigilâncias sanitária, epidemiológica e ambiental.

Foi a Constituição de 1988 que trouxe o desafio da universalidade, um princípio que dá direito à saúde para todos, e impôs ao País o desafio de cumprir a base desse compromisso modelando os caminhos e a trajetória do SUS constitucional para o SUS real. Para tanto, ao longo dos anos foram construídas normativas, pactos, orientações, diretrizes, protocolos, estruturas e práticas. No mesmo sentido, foram implementados a descentralização, as estratégias programáticas e os controles que, hoje, garantem a sustentabilidade do sistema de saúde brasileiro. Nesse percurso, o SUS também enfrentou uma sucessão de políticas de desmantelamentos, em que se destaca a grave redução do financiamento, que comprometeu seus resultados.

Sua força operacional, entretanto, pode ser avaliada pela resposta assistencial que prestou à população quando o país foi atingido, em 2020, por uma pandemia, a de covid-19. Diante de uma situação praticamente desconhecida, sem vacinas ou tratamentos específicos, os ensinamentos da epidemiologia foram imprescindíveis para o enfrentamento da doença. O SUS precisou se expandir rapidamente para atender as pessoas em todo o território nacional. E a intervenção eficaz e imediata do sistema só foi possível justamente pela consolidação conceitual do SUS: universalidade, integralidade, hierarquia e equidade. Foi intensa a mobilização da rede pública,

* Enfermeira de saúde pública pela Escola de Enfermagem e especialista em economia da saúde pela Faculdade de Saúde Pública, ambas instituições da Universidade de São Paulo. Atual diretora do Centro de Planejamento e Avaliação do Departamento Regional de Saúde I – Grande São Paulo.

com protagonismo das equipes de saúde, em particular dos profissionais que atuaram diretamente na prevenção e no combate à doença.

Se a crise sanitária mostrou a capacidade de resposta do SUS, mostrou também as condições de trabalho, o adoecimento e a morte de enfermeiras e enfermeiros que atuaram na linha de frente. Dados do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) indicam que cerca de dois milhões de profissionais da enfermagem atuam nos municípios em todos os níveis de atenção. Até junho de 2023, 65.029 enfermeiras e enfermeiros foram acometidos pela covid-19 e 872 morreram. Os dados mostram o protagonismo da enfermagem no enfrentamento da pandemia, mas apontam também para a importância e contribuição da força de trabalho desses profissionais na sustentabilidade do sistema público de saúde. Nesse sentido, para continuar a trajetória do SUS constitucional, a saúde para todos, é preciso reconhecer a imprescindibilidade das condições dignas de trabalho e da educação permanente direcionada para a integralidade da atenção primária, assegurando a existência do SUS real.

Se o combate à crise sanitária deu notoriedade aos profissionais de saúde e mostrou as fortalezas do SUS, expos também suas fragilidades. Entre elas, as necessidades insatisfeitas e a persistência de problemas de saúde, a demanda excessiva, a sobrecarga de trabalho, as desigualdades no acesso aos serviços e a descontinuidade de programas, e outros entraves estruturais, como a fragmentada informatização do SUS. Daí a importância de se aprofundar a reflexão

sobre como ajustar o caminho para a integralidade da assistência, mediante planejamento e financiamento epidemiologicamente orientados para uma atenção básica mais inclusiva, resolutive e de qualidade.

Nesse sentido, é inadiável a universalização do Sistema de Informação em Saúde, com a plena informatização dos processos de trabalho. Esses são recursos indispensáveis para apoiar o planejamento, a avaliação, a regulação e o monitoramento das ações das equipes de saúde e da gestão nas três esferas administrativas.

Desde sua criação, o SUS evoluiu de forma notável no acesso universal aos cuidados de saúde. Esses avanços podem ser observados por meio de indicadores como a redução da mortalidade infantil, entre outros temas vitais. Porém, são identificadas situações de estagnação e mesmo de retrocessos evitáveis, como a redução de investimentos e descontinuidade de programas de saúde essenciais.

Na saúde a constância é mais inovadora do que qualquer transformação, pois permite a criação de uma cultura organizacional consolidada. A continuidade é fundamental, tendo em vista que a inovação deve ser perene, sem rupturas, um caminho rumo ao futuro.

Ao longo de 35 anos o Sistema Único de Saúde foi forjado em práticas e procedimentos fortemente enraizados. Esse fato revelou sua condição de sustentabilidade frente ao desafio da pandemia, mas os desafios futuros, como assegurar o SUS constitucional, a saúde para todos, a equidade e a integralidade, só podem ser realizados com mentalidades inovadoras e com novas e transparentes práticas de gestão.